

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

**LEI Nº 5.478, DE 25 DE JULHO DE 1968**

Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 19. O juiz, para instrução da causa, ou na execução da sentença ou do acordo, poderá tomar todas as providências necessárias para seu esclarecimento ou para o cumprimento do julgado ou do acordo, inclusive a decretação de prisão do devedor até 60 (sessenta) dias.

§ 1º O cumprimento integral da pena de prisão não eximirá o devedor do pagamento das prestações alimentícias, vincendas ou vencidas e não pagas. [\*\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 6.014, de 27/12/1973\)\*](#)

§ 2º Da decisão que decretar a prisão do devedor, caberá agravo de instrumento. [\*\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 6.014, de 27/12/1973\)\*](#)

§ 3º A interposição do agravo não suspende a execução da ordem de prisão. [\*\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 6.014, de 27/12/1973\)\*](#)

Art. 20. As repartições públicas, civis ou militares, inclusive do Imposto de Renda, darão todas as informações necessárias à instrução dos processos previstos nesta Lei e à execução do que for decidido ou acordado em juízo.

.....

.....